

Insurgência em Cabo Delgado: uma Análise para Inferência da Estratégia de Combate ao Fenómeno

Mauro Tiago Njelezi

Academia Militar Marechal Samora Machel, Nampula.

Resumo

A ideia central deste artigo foi de inferir uma estratégia de combate à insurgência a partir das ações do *Ahlu Sunnah Wa-Jammá*. Assim, utilizando a revisão bibliográfica e pesquisa de campo, apurou-se que os fatores que originaram a insurgência compreendem principalmente a radicalização islâmica e a aversão em relação às instituições governamentais. Para a obtenção de recursos, os insurgentes, entre outras ações, capturam e compram arsenais, saqueiam as aldeias e traficam seres humanos. O *modus operandi* dos insurgentes resume-se a ações iniciais da década de 70, que evoluíram até ao presente, marcado por emboscadas às unidades das Forças de Defesa e Segurança e assaltos a aldeias. Por conseguinte, a estratégia de combate consiste em atacar a estratégia da insurgência, a partir da lógica de que a guerra deve ser vencida sem a necessidade do confronto armado, implicando, necessariamente, a adoção de medidas políticas, económicas, militares e de segurança.

Palavras-chave: Estratégia de Combate; Insurgência; Norte de Moçambique.

Abstract

Insurgency in Cabo Delgado: an Analysis for Inference of a Strategy to Combat the Phenomenon

The central idea of this article was to infer a strategy to combat insurgency, from the actions of the *Ahlu Sunnah Wa-Jammá*. Thus, through literature review and field research, it was found that the factors that gave rise to the insurgency comprise of the Islamic radicalisation and the dislike of governmental institutions. To obtain resources, the insurgents, among other actions, capture and buy arsenals, loot villages and traffic human beings. The insurgents' *modus operandi* comes down to initial actions that began in the 1970s, and have evolved to the present, marked by ambushes to Defence and Security Forces units and assaults to villages. Consequently, the combat strategy consists of attacking the insurgency's strategy, based on the logic that the war must be won without the need for armed confrontation, necessarily implying the adoption of political, economic, military and security measures.

Keywords: Combat Strategy; Insurgency; Northern Mozambique.

Artigo recebido: 28.09.2022

Aprovado: 16.10.2022

<https://doi.org/10.47906/ND2023.164.03>

Introdução

A insurgência é, diga-se, em função dos eventos ocorridos na vigência e no pós-Guerra Fria, incontornável no atual quadro de conflitos. Ela pode emergir como um movimento organizado de indivíduos, visando fazer face às injustiças sociais/éticas/religiosas e à ocupação estrangeira, por um lado (Bule, 2021). Por outro, pode emergir, sobretudo, como uma ação política e armada de um grupo de indivíduos, instigados ou não, por um ou vários Estados, de modo a retirar e/ou desabonar o governo em exercício e controlar parcialmente os recursos num Estado (Kilcullen, 2006).

Uma visão atual sobre a insurgência pode ser observada a partir das ações do *Ahlu Sunnah Wa-Jammá* (ASWJ), grupo insurgente em Cabo Delgado, Niassa e Nampula, províncias localizadas no Norte de Moçambique que circunscrevem o Teatro Operacional Norte (TON) (*International Crisis Group* [ICG], 2021). Nela, o ASWJ, movido aparentemente pelo islamismo radical, iniciou, no dia 5 de outubro de 2017, ataques contra postos e unidades das Forças de Defesa e Segurança (FDS), residências, cidadãos civis e infraestruturas governamentais, comerciais e religiosas (Macalane e Jafar, 2021).

Os ataques que foram inicialmente realizados, mormente por moçambicanos, recorrendo a catanas, estacas e flechas, integraram sobretudo indivíduos da Tanzânia, Somália e região dos Grandes Lagos (Habibe, Forquilha e Pereira, 2019). Passaram também a ser realizados recorrendo a AK-47, PK, RPG-7, etc. (Issufo, 2018).

Por meio do terrorismo, da guerrilha, da subversão (Branco, 2020), da «colaboração» de alguns indivíduos da população local e do apoio do Estado Islâmico e de outros atores (inter)nacionais (Maquenzi e Feijó, 2019), o ASWJ conseguiu expandir as suas ações no TON, pois, do distrito de Mocímboa da Praia, passou a atuar preferencialmente nos distritos de Palma e Macomia (província de Cabo Delgado), bem como Mecula, na província de Niassa, e Erati e Memba, na província de Nampula (Morier-Genoud, 2021).

Tais ações, violentas em termos físicos e psicológicos, ocorrem numa fase marcada pela edificação da indústria de extração de recursos petrolíferos em Cabo Delgado. Facto que faz questionar a motivação islâmica do ASWJ. Não obstante o questionamento, emergem outras questões sobre a natureza e motivações do ASWJ. Por outro lado, efetuam-se questões sobre que medidas tomar, reconhecendo, pois, que o fenómeno é novo no processo político e militar moçambicano (Habibe et al., 2019).

De entre as respostas às questões que têm a ver com a natureza e as motivações do grupo, Chichava (2020) destaca as seguintes: indivíduos que se apropriaram da designação ASWJ para contestar a prática não orientada ao profeta Muhammad, e terroristas apoiados pelo Estado Islâmico para controlar a extração de recursos.

Por outro lado, o envolvimento das FDS e de mercenários (na fase inicial), o pedido de moderação na vinculação de informações sobre ataques realizados pelo grupo na *internet*, o apelo à vigilância e à denúncia, as movimentações regionais e globais do governo visando o apoio às populações locais, o corte de financiamento ao grupo, o controlo efetivo de fronteiras, o treino e equipamento das FDS, e, atualmente, o envolvimento no terreno das forças de Ruanda e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) constituem medidas tomadas pelo Estado moçambicano para a contra-insurgência (COIN) no TON (Habibe et al., 2019; Morier-Genoud, 2021).

Não obstante as medidas tomadas pelo Estado moçambicano, e embora um dos princípios comuns da estratégia seja a surpresa (que em regra é caracterizada por, entre outros elementos, sigilo e despiste), Rita (2020), apoiando-se no relatório do Departamento do Estado norte-americano, compreende que Moçambique não possui uma estratégia de COIN para guiar as operações no TON, e as FDS não possuem treino, equipamento e capacidade global para detetarem e impedirem, pró-ativamente, atos de insurgência. Aquele relatório refere ainda que, embora as entidades de manutenção da lei (forças policiais) operem como parte de uma força conjunta com homólogos militares (forças armadas), a coordenação, o planeamento estratégico, as comunicações interagências, a partilha de inteligência e a segurança das fronteiras são desafios significativos.

Outrossim, Branco (2020) afirma que Moçambique necessita de adotar uma estratégia que contenha medidas de natureza política, social, económica, religiosa, etc. O jornal *Carta de Moçambique* (2022b) atesta esta tese ao afirmar que o Governo ainda não aprovou uma estratégia de resiliência à insurgência. Neste sentido, e percebendo que uma estratégia de COIN pode valer tanto para a neutralização como para a prevenção das ações insurrecionais (NATO, 2017), e porque qualquer situação exige que sejam calculadas as probabilidades à luz das circunstâncias (Clauzewitz, 2010), é importante a indagação de partida: que estratégia de COIN se pode inferir a partir das ações do ASWJ?

Responder a esta questão complexa implicou responder a questões complementares que expõem o panorama do conflito, nomeadamente: que fatores originaram a insurgência em Cabo Delgado? Quais as fontes de obtenção de recursos do ASWJ? Qual o *modus operandi* do ASWJ?

No entanto, com uma metodologia qualitativa, a pesquisa desenvolveu conhecimentos que pretendem chamar a atenção tanto das FDS e do governo moçambicano, como das forças de Ruanda e da SADC, sobre a necessidade de adoção de uma estratégia de COIN baseada em aspetos comuns dos modelos expressos na ciência e arte militares. A pesquisa mostra-se útil e atual, quando vista como guia para consulta e justificação para a (re)adoção de uma estratégia de COIN em Moçambique e na região da SADC.

Enquadramento da insurgência no espectro de conflitos contemporâneos

A insurgência, secular no sentido lato, é, no quadro de conflitos contemporâneos, marcada sobretudo por guerras assimétricas e não convencionais (*Department of the Army* [USA], 2014). Embora os termos “assimétrica” e “não convencional” sejam distintos, Reis (2017) explica serem usados para referir dimensões diversas de uma mesma realidade fundamental: conflitos armados intraestatais, internacionalizados ou não, entre forças estatais e grupos armados não profissionais e não estatais.

No entanto, a distinção dos dois termos visa facilitar o melhor entendimento do quadro de conflitos, dado que cada um dos termos nos remete para um certo sentido. Como se pode compreender, geralmente, as guerras assimétricas são aquelas cujas forças beligerantes possuem uma diferença total em objetivos, capacidades, cursos de ação e códigos morais. Ao passo que a guerra não convencional é um termo genérico, que abrange todos os conflitos armados que não se enquadram no modelo de análise clausewitziano (Garcia, 2006).

Nestes termos, a insurgência, a par do terrorismo e da subversão, é prolongada no tempo e exige a união de esforços para combatê-la.

Fundamentos da insurgência

A insurgência compreende todas as ações de um grupo organizado, frequentemente motivado ideologicamente, ou movimento que realiza, ou impede, mudanças políticas dentro de um país ou de uma região, focalizado na persuasão ou coerção da população, através do uso da violência e subversão (NATO, 2016). Trata-se de um movimento organizado e violento, usado por forças sem significativo poder bélico dentro de um país (NATO, 2017).

O surgimento do movimento resulta de vários fatores, incluindo problemas baseados na identidade, religião e economia (Bule, 2021). No entanto, estes problemas, por si só, não são normalmente suficientes para desencadear uma insurgência. Há três pré-requisitos que são elementos críticos para construir e sustentar um movimento insurgente, nomeadamente: população vulnerável, descoordenação da liderança, e falta de controlo governamental (NATO, 2017).

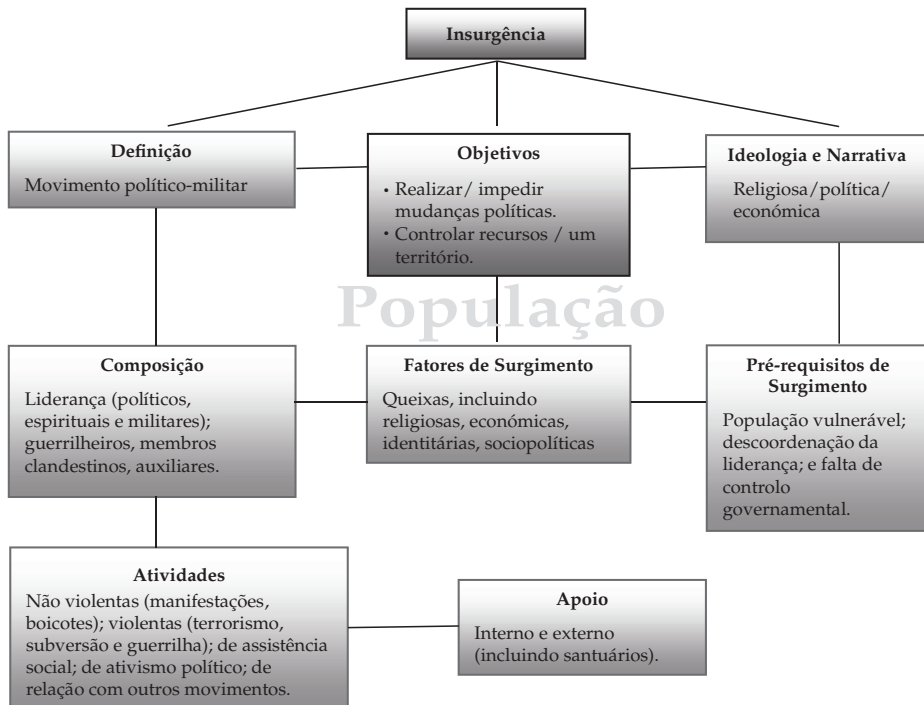
As manifestações de um movimento insurgente, como estabelece o *Department of the Army* (USA) (2014), contemplam cinco elementos: *liderança* – constituída por políticos (responsáveis pela propaganda social e espiritual) e táticos (responsáveis pela condução das ações de guerrilha, subversão e terrorismo); *guerrilheiros* – qualquer insurgente que usa armas e realiza a verdadeira luta; *clandestinidade* – envolve a disseminação de propaganda, apoio à sabotagem, assassinato e subversão, apoio às operações de inteligência e contra inteligência, gestão de casas seguras, fornecimento de transporte, e fabrico e manutenção de armas e explosivos; *auxiliares* –

simpatizantes ativos da insurgência que providenciam importantes serviços de logística, mas sem participação direta nas operações combativas; e *base de massa* – a população civil de um Estado que simpatiza com o movimento (por exemplo, grupos religiosos e étnicos).

Desses elementos, a NATO (2017) entende resultarem atividades não violentas (boicotes, manifestações, ocupação de edifícios governamentais), violentas (ações de elementos armados, terrorismo e raptos), de propaganda (inter)nacional, de assistência social, de ativismo político, e de relações com grupos insurgentes noutros países.

Apesar dos sucessos passados das insurgências e dos exemplos em curso demonstrarem que algumas delas são derrotadas, enquanto outras terminam em negociações conduzidas ao nível internacional, Bule (2021) afirma que podem explorar-se algumas, ou todas, as vulnerabilidades comuns: segurança e sigilo; descentralização; inconsistência da narrativa; propaganda insurrecional; necessidade de estabelecer uma base de operações (santuários); confiança no apoio tanto interno como externo; fragilidade económica ou financeira; e divisão interna ou liderança facciosa (Figura 1).

Figura 1
Dimensões da Insurgência



Alicerces das estratégias de contra-insurgência

A COIN representa todos os esforços civis e militares, abrangentes, feitos para derrotar uma insurgência e para enfrentar quaisquer queixas fundamentais (NATO, 2016). Por outras palavras, COIN representa todo o conjunto de atividades necessárias para neutralizar uma insurgência (Pereira, 2018).

Embora, em teoria, o conceito de COIN seja simples, na prática, é uma tarefa difícil que requer objetividade para julgar e avaliar os factos, determinar as suas causas, estabelecer prioridades e selecionar as formas e meios mais apropriados e eficazes para neutralizar as oportunidades favoráveis à insurgência, e finalmente derrotá-la (Gutierrez, 2011). Esta luta, segundo o autor, requer unidade de pensamento, que deve ser encarnada na existência de uma única autoridade e na unidade de propósito e ação.

A estratégia de COIN varia de insurgência para insurgência, de país para país, e de acordo com vários fatores de ordem política, económica, cultural, etc. (NATO, 2017). Todavia, para Cohen et al. (2006) e Pereira (2018), todas as estratégias de COIN possuem, geralmente, os seguintes princípios:

- (a) *primazia política e objetivo político claro* – implica a participação ativa de todos os líderes políticos e diplomáticos do Estado.
- (b) *Luta pela população e nunca contra ela* – valoração das atividades de COIN em função dos efeitos a serem gerados sobre a população local, e não somente sobre a ameaça insurgente.
- (c) *A busca pela legitimidade* – implica dois aspetos, a legitimidade do governo local e a legitimidade da intervenção das forças militares.
- (d) *Uso da inteligência* – disposição de um serviço de inteligência desenvolvido e eficaz.
- (e) *Unidade de esforços* – fundamentação numa visão compartilhada do problema, em que se combinam soluções políticas, económicas e de segurança.
- (f) *Neutralização e isolamento da insurgência* – atacar a raiz do conflito, incidindo sobre as causas que motivaram o seu surgimento, e minimizando os seus efeitos.
- (g) *Preparação para uma campanha de longa duração* – compromisso de longa duração tanto na esfera política como militar.
- (h) *Estabelecimento de um ambiente seguro, atuando na lei* – criar, impulsionar, reformar ou consolidar as instituições governamentais que sustentem o regime legal, respeitando-se sempre as peculiaridades locais.
- (i) *Ceder quanto antes o protagonismo às forças locais* – reforça as bases do Estado e evita que as forças de coalizão sejam consideradas pela população como tropas de ocupação.

(j) *Aprender e adaptar-se rapidamente* – os insurgentes mudam constantemente de táticas e procedimentos e, por essa razão, as forças de COIN devem ser dotadas de elevada adaptabilidade e destreza na aprendizagem.

No entanto, embora estes princípios sejam essenciais numa estratégia de COIN, Cohen et al. (2006) apresentam alguns paradoxos: quanto mais se protege a força militar, menos segura ela estará, visto que o sucesso vem da proteção da população; quanto mais força militar se usa, menos efetiva será, pois há maior probabilidade de danos colaterais e erros; as melhores armas da COIN não disparam, pois a vitória duradoura virá de uma economia vibrante, da participação política, e da esperança restaurada.

Os princípios e os paradoxos apontados acima, em quaisquer estratégias de COIN devem estar alicerçados em três pilares propostos por Kilcullen (2006): *segurança militar, policial e humana* – orientadas para garantir a segurança da população, construir um quadro de direitos humanos e proteção de indivíduos e infraestruturas; *político* – concentra-se na mobilização de apoio, legitimação e alargamento da governação e do Estado de direito; e *económico* – inclui medidas de mitigação humanitária imediata, programas de assistência ao desenvolvimento a longo prazo e atividades agrícolas, industriais e comerciais.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi fundamentada na metodologia qualitativa, visto que se interpretou as percepções dos sujeitos envolvidos na pesquisa sobre o fenómeno de insurgência em Cabo Delgado. E, a partir das interpretações, inferiu-se uma possível estratégia de COIN. Além disso, a pesquisa apoiou-se no método de estudo de caso múltiplo, pois o fenómeno de insurgência no TON ocorre com maior incidência na província de Cabo Delgado. Nesta província, ocorre a multiplicidade do fenómeno, especificamente nos distritos de Mocimboa da Praia, Palma e Macomia. Por esta razão, julgou-se necessário analisar o envolvimento de três cidadãos comuns, dois líderes comunitários e dois líderes religiosos (acomodados no Centro de Acolhimento de Deslocados em Meconta) e um académico que realizou um estudo sobre os ataques em Cabo Delgado, por forma a encontrar os fatores de origem e fontes de obtenção de recursos da insurgência, por um lado.

Por outro lado, foi importante a participação dos militares em serviço em Cabo Delgado (um oficial da inteligência militar e um oficial de unidades táticas) que se mostraram disponíveis e que realizam atividades de COIN, para obtenção de dados referentes ao *modus operandi*, bem como às fontes de apoio dos insurgentes.

A recolha de dados foi realizada de 2 de fevereiro a 16 de setembro de 2022, mediante entrevistas semiestruturadas, registando-se os depoimentos (oito civis e

dois militares), seguindo-se a revisão bibliográfica, a qual visou trazer à investigação os fatores de origem, fontes de apoio e ataques dos insurgentes.

Os dados obtidos foram tratados por meio da análise de conteúdo, onde se definiram como categorias de análise: fatores que deram origem à insurgência; fontes de obtenção de recursos do ASWJ; e *modus operandi* do ASWJ.

Resultados e discussão

Fatores que originaram a insurgência em Cabo Delgado

À partida, a composição do ASWJ mostrou-se elemento-base para o entendimento da insurgência no TON. Por conseguinte, indagou-se: quem são os indivíduos que atacam em Cabo Delgado? Em resposta, (Líder Religioso) LR.1, LR.2, (Cidadão Comum – Deslocado) Des.1, Des.2 e Des.3 afirmaram serem cidadãos nativos de Cabo Delgado; (Oficial) Of.1, Of.2, (Líder Comunitário) LC.1 e LC.2 referiram serem jovens moçambicanos oriundos da zona do litoral da região Norte do país e estrangeiros (tanzanianos, somalis e congoleses); e (Académico) Ac. diz serem jovens moçambicanos oriundos de diversos pontos do país, particularmente da região Norte.

Nas respostas, a posição da maioria que refere serem cidadãos nativos de Cabo Delgado, Habibe et al. (2019) e Morier-Genoud (2021) concordaram ao aclararem que o ASWJ é composto por cidadãos nativos das etnias Makua, Mwani, Suaíli e Maconde. Além disso, Maquenzi e Feijó (2019) e ICG (2021) relataram que, dada a extensão da religião islâmica e das etnias Makua e Suaíli na zona do litoral da região Norte, bem como o uso da língua suaíli em África, os cidadãos nacionais que compõem o ASWJ são reforçados por outros jovens de Nampula, Tanzânia, Somália e região dos Grandes Lagos. Matsinhe e Valoi (2019), por seu turno, explicam que, dado o modo de recrutamento do ASWJ (redes sociais, sequestro, etc.), o grupo compõe-se de jovens oriundos de diversos pontos de Moçambique, destacando-se a zona Norte.

Tendo uma ideia dos indivíduos que atacam no TON, surgiu, então, a questão: que fatores originaram a insurgência? Dos depoimentos dos participantes, constatou-se, do Of.2, o fator igualdade social e as oportunidades de emprego; do LR.1, o fator pobreza; do Of.1, Ac., LC.1 e Des.3, o fator radicalização islâmica; do LR.2, Des.1 e Des.2, o fator aversão em relação às instituições governamentais; e do LC.2, o desconhecimento dos fatores.

Relativamente à radicalização islâmica (constante nos depoimentos), Maquenzi e Feijó (2019) explicam que o processo teve início na década de 70 com a ida de jovens às universidades islâmicas do Golfo Pérsico. Regressados, na década de 90, às suas zonas de origem, os jovens rejeitam o islamismo africano, considerando-o “desviado”, e por isso criaram as suas próprias mesquitas e madraças.

Criadas as mesquitas e madraças, Morier-Genoud (2021) esclarece que, para além do sentimento de repulsa às autoridades tradicionais do Islão africano, os jovens do ASWJ demonstram aversão em relação às autoridades governamentais, pois rejeitam a resolução de problemas nas organizações de justiça do Estado, a escolarização de crianças nas escolas do Estado e o direito ao trabalho das mulheres.

Para agravar este quadro, o ASWJ criou o seu braço armado a partir de jovens locais (Habibe et al., 2019), sendo que para tal aproveitou-se do sentimento de exclusão social (demonstrado pelas etnias Mwani, Makua e Suaíli para com a Maconde); da exclusão económica (em época de descoberta de recursos minerais e energéticos); da frustração de homens de negócios locais (madeireiros e mineiros ilegais expulsos pelo governo); das queixas locais (desemprego, marginalização, etc.). Apesar deste quadro de fatores, Macalane e Jafar (2021) reconhecem que parte dos populares desconhece a origem do conflito.

Ora, com o quadro de fatores identificado, a questão que se levanta é: quais são os objetivos do ASWJ? Apurou-se, do Of.1, Of.2, Ac., LC.1 e Des.3, a ideia de que o ASWJ cogita implementar a lei islâmica (*sharia*); Ac., Des.2 e LR.2 apontam o objetivo de independência das regiões; Des.1 expôs o poder como objetivo do ASWJ; o LR.1 aponta o objetivo das riquezas naturais e LC.2 desconhece os objetivos.

Embora seja complexo identificar os objetivos do ASWJ, a maioria dos depoimentos dos participantes aponta como objetivos a implementação da *sharia* e a independência das regiões. As pesquisas do ICG (2021) e de Morier-Genoud (2021) também têm esta percepção, pois, segundo os autores, as ações do ASWJ, quer iniciais, quer no decurso do conflito, demonstram uma aversão às instituições estatais, de tal forma que, como afirma LR.2 e Des.3, rejeitam tudo o que tenha origem no governo. Um cenário desses implica, necessariamente, a independência das regiões e a assunção do poder.

Santos (2020), por seu turno, julga que as riquezas naturais de Cabo Delgado podem ser os objetivos do ASWJ, pois, tendo as regiões em conflito sido desgobernadas pelo Estado, os traficantes de drogas e exploradores ilegais de pedras preciosas, madeira e marfim, e os seus aliados externos, estarão “livres” para continuar massivamente as suas atividades. Além desses objetivos, Cau et al. (2021) constataram o objetivo de retardar a exploração de recursos. Por outro lado, pesquisas de Habibe et al. (2019) e de Macalane e Jafar (2021) reconhecem que parte dos populares desconhece os objetivos do ASWJ.

Fontes de obtenção de recursos do Ahlu Sunnah Wa-Jammá

Para uma análise detalhada das fontes de obtenção de recursos do ASWJ considerou-se três recursos: humano, logístico e financeiro. Sobre os recursos humanos, a

questão fundamental colocada aos participantes foi: que métodos utiliza o ASWJ para o recrutamento do pessoal? Of.1 referiu o uso de redes sociais compostas por familiares, amigos e conhecidos da comunidade, bem como de plataformas digitais; Of.1, Of.2, Ac., Des.1, Des.2, LC.2, LR.1 e LR.2 indicaram o aliciamento dos jovens com dinheiro e promessas de uma vida próspera; Ac. e LC.2 citaram o recrutamento baseado no Islão; e Des.1, Des.2, Des.3, LC.1 e LR.2 nomearam o sequestro de homens, mulheres e crianças nas aldeias.

Quatro posições sustentam estes depoimentos, sendo que todas elas foram referenciadas por autores tais como Matsinhe e Valoi (2019) e Morier-Genoud (2021), pois, em suma, os autores explicam que sob a égide de princípios ortodoxos do Islão, e prometendo o pagamento de valores monetários, emprego e bolsas de estudo, o ASWJ efetua o recrutamento local/nacional (principalmente na região Norte de Moçambique) e internacional (principalmente na Tanzânia, Somália e região dos Grandes Lagos) por laços de casamento, redes informais de amigos, madraças, sequestros e redes sociais digitais.

A respeito de recursos logísticos, questionaram-se os participantes sobre os canais que o ASWJ utiliza para se abastecer em alimentos e outros recursos. Of.1, Of.2 e LR.2 explicaram que o ASWJ adquire os meios e alimentos nos seus ataques bem-sucedidos; Des.2, Ac. e LR.1 referiram que o ASWJ recebe apoio interno e externo, sendo o interno maior; Des.3 e LC.2 afirmaram ser difícil dizer, mas alguns meios do grupo parecem-se com os das FDS; e Des.1 afirmou que não está informado.

Nestes depoimentos, a ideia da maioria segundo a qual o ASWJ obtém meios nos ataques, o ICG (2021) e a *Global Initiative against Transnational Organized Crime* (GI-TOC, 2022) concordam e acrescentam ser a maior fonte dos recursos do grupo, pois o ASWJ capturou (em algumas ocasiões, nas vilas, aldeias e posições em que atacou) armas de fogo (pistolas, AKM, RPG e RG3), fardamento e outros equipamentos militares das FDS. Além disso, a GI-TOC (2022) esclarece que, antes do ASWJ se tornar uma grande ameaça, alguns membros das FDS venderam armas ao grupo, sendo que para tal encenaram uma emboscada, de modo a fugirem e deixarem o arsenal para trás. A adicionar a isso, alguns membros do ASWJ, por outrora terem servido o Exército moçambicano sob sistema de recrutamento, usaram antigos contactos militares para obter armas de fogo em troca de dinheiro (GI-TOC, 2022).

Entretanto, embora os recursos provenham em parte das FDS, Issufo (2018) defende que parte do arsenal do ASWJ tem outras origens. Por conseguinte, a partir de pesquisas do ICG (2021) e GI-TOC (2022) constata-se quatro proveniências: antigas armas da guerra civil de Moçambique (1976-1992) que não haviam sido entregues às autoridades; contrabando de armas que, partindo da Tanzânia, Somália, Quênia, Burundi e República Democrática do Congo, chegam ao ASWJ a partir da costa marítima, espaço aéreo e fronteiras terrestres de Cabo Delgado e Niassa; armas das unidades militares e paramilitares do Estado moçambicano que chegam às mãos de

bandidos a partir de agentes corruptos; e arsenal proveniente do Estado Islâmico. Por outro lado, o ICG (2021) afiança que os alimentos do ASWJ têm como fonte, em grande medida, os saques que o grupo efetua às aldeias, vilas e campos de cultivo. A outra parte da logística tem outras proveniências, pois a *Carta de Moçambique* (2022a) explica que, quando a vila sede do distrito de Mocímboa da Praia estava sob o controlo do ASWJ, a vila recebia frequentemente aeronaves, que voavam a baixas altitudes, e embarcações com carregamentos logísticos. A *Carta de Moçambique* (2022a) explica, também, que alguns pequenos comerciantes de Cabo Delgado e Nampula, particularmente moto-taxistas, asseguram a logística do ASWJ. Estas explicações fundamentam a ideia segundo a qual o ASWJ recebe apoio interno e externo, sendo o interno maior.

Finalmente, relativamente aos recursos financeiros tentou-se determinar a questão central das origens dos fundos do ASWJ. Em resposta à questão, Of.1 referiu que os fundos têm origem no contrabando de recursos minerais e florestais; Of.1, Of.2 e Ac. apontaram a origem em indivíduos da comunidade local e do exterior; Des.1, Des.2, LC.1, LC2, LR.1 e LR.2 relataram que não têm conhecimento sobre a origem dos fundos.

Em relação a esses depoimentos, Abibo (2018), fundamentando o desconhecimento da origem do dinheiro do ASWJ por parte dos membros da comunidade local, esclarece na sua pesquisa que, embora as populações reconheçam que os insurgentes aliciam os jovens com avultosos valores monetários, elas não garantem, através de provas, a proveniência do dinheiro do ASWJ. Enquanto alguns populares referem que os insurgentes comercializaram as suas propriedades antes de conduzirem a luta, as ações do grupo demonstram que este depende dos valores dos saques aos pequenos e médios empreendimentos comerciais (Abibo, 2018).

Além da fonte “saque”, a ideia de que o ASWJ recebe valores monetários de indivíduos da comunidade local e do exterior é apoiada por Habibe et al. (2019) e pelo IGC (2021) ao referirem que certas empresas em Cabo Delgado pagam dinheiro para a sua proteção; outras empresas, particularmente em Moçambique, foram criadas a partir de empréstimos em dinheiro dos militantes, que em seguida tributam os lucros. Os militantes também angariam receitas provenientes do pagamento de resgates, além de receberem fundos consideráveis a partir do estrangeiro. A movimentação dos fundos ocorre por intermédio de civis, os quais “lavam” o dinheiro e efetuem transferências por telemóvel (IGC, 2021).

Não obstante, enquanto o IGC (2021) considera o contrabando de recursos minerais e florestais como outra forma usada pelo ASWJ para a obtenção de fundos, a GI-TOC (2022) desconsidera parcialmente essa forma de obtenção de fundos por parte dos insurgentes, dado que, na sua pesquisa, concluiu que as rotas de tráfico de drogas e de contrabando de recursos se alteraram com as ações dos insurgentes, estando agora concentradas no sul de Cabo Delgado e na província de Nampula.

A GI-TOC (2022) constata, então, que os fundos do ASWJ têm origem no tráfico de seres humanos (homens e mulheres sequestrados), e os contornos desse comércio ilegal chegam até à Europa.

Modus operandi do Ahlu Sunnah Wa-Jammá

Para uma análise abrangente do *modus operandi* do ASWJ, considerou-se os seguintes aspetos: ações iniciais, ataques antes e depois da chegada das forças estrangeiras, horários e preparação de ataques, e meios empregues nos ataques.

Sobre as ações iniciais do ASWJ, tentámos entender e perguntar sobre os primeiros sinais do conflito. Of.1 e Des.1 apontaram como sinal o assalto às esquadras da polícia e pessoas; e Of.2, Ac., Des.2, Des. 3, LC.1, LC.2, LR.1 e LR.2 indicaram os sinais: instalação de mesquitas com dogmas e regras diferentes das mesquitas antigas, e recrutamento de jovens para frequentar madraças e treino dentro e fora do país.

Não obstante as ações armadas terem iniciado em 5 de outubro de 2017, como alguns participantes indicaram, Habibe et al. (2019) e Morier-Genoud (2021) explicam que os ataques constituem o corolário de todo um processo que teve início na década de 70 (tal como anteriormente referido e defendido pela maioria dos participantes), passando pela criação de células e madraças, manifestações e pelo recrutamento e treino de jovens nos quintais, nas matas, etc.

Com a ideia de que os ataques resultaram de um processo subversivo, e porque se sabe do envolvimento das forças ruandesas e da SADC no combate aos insurgentes, urgiu compreender de que modo o ASWJ realizou ataques antes da chegada das forças estrangeiras. Com efeito, e envolvendo somente peritos em matérias militares e sociais, Of.1, Of.2 e Ac. esclareceram que os insurgentes atacavam em pequenos grupos (de três a dez elementos), onde só um ou dois é que portavam armas AK-47, e os restantes catanas; atacavam, na maioria das vezes, as comunidades locais. Com o passar do tempo, a forma de atuação evoluiu e a sua organização melhorou, o que lhes permitiu organizar maiores ataques contra as unidades das FDS e as vilas.

Esta perceção dos participantes foi apresentada por autores como Maquenzi e Feijó (2019) e Cau et al. (2021) que referem que, de 2017 a 2018, pequenas células do ASWJ realizaram assaltos, roubos e ataques incipientes a elementos devidamente selecionados em Mocímbo da Praia e Palma; de 2018 a 2019, realizaram ataques com táticas de guerrilha (emboscadas, infiltração e espionagem) e terrorismo (sequestros, decapitações, incêndios, massacres, etc.); de 2019 a inícios de 2021, as células do ASWJ aumentaram e realizaram operações convencionais simultâneas, o que lhes permitiu ocupar vilas.

Estando, nos meses iniciais de 2021, no auge das suas operações (Morier-Genoud, 2021), as células do ASWJ tiveram, em meados de 2021, duas forças como suas inimigas, nomeadamente, as ruandesas e as da SADC. Com estas duas forças no terreno, surgiu a questão: de que modo o ASWJ realiza ataques?

A questão levou Of.1, Of.2 e Ac. a responderem que o ASWJ, por um lado, realiza emboscadas às posições das FDS e assaltos às aldeias em Cabo Delgado, e por outro, abriu novas frentes de combate em outras províncias. Além disso, Ac. indicou que a forma de atuação mudou, pois com o aumento do efetivo no terreno, o ASWJ tende a retirar-se.

Neste contexto, os militares e o académico (participantes) têm um entendimento alinhado ao estudo da Lusa (2022a), que esclarece que atualmente o ASWJ aposta em táticas de guerrilha, que consistem no desgaste das forças de COIN por meio de emboscadas e assaltos a aldeias em busca de comida. A Lusa (2022a e 2022b) explica, ainda, que obrigados a abandonar a conquista e ocupação de território, os insurgentes estão permanentemente em fuga, abrindo novas frentes em Nampula.

Entendidas as formas de atuação do ASWJ, antes e depois da chegada das forças estrangeiras, houve a necessidade de se saber sobre os horários e a preparação dos ataques utilizados pelos insurgentes. Para o efeito, questionou-se: quais são os horários e sinais de preparação de ataques do ASWJ? Sobre esta questão, por um lado, Of.1, Des.1, Des.2, LC.1 e LR.1 afirmaram que os insurgentes atacam sempre à noite; LC.1 e LR.1 reportaram que atacam de manhã; LC.1 informou que atacam à tarde; e Of.1 refere que atacam nas semanas de lua cheia. Por outro lado, Of.2, Des.2, Des.3 e LR.1 consideram que os insurgentes usam infiltrados, guias e informantes na preparação dos ataques; Of.2 indicou que eles empregam *drones* para reconhecimento; e LC.2 indica que as ações têm como sinal a voz de comando “Allah Akbar”.

A respeito dos períodos em que ocorrem os ataques (indicados nos depoimentos), Maquenzi e Feijó (2019) e ICG (2021) compreendem que uma das características dos ataques dos insurgentes é a realização destes no período noturno, tendo sido mais comuns de 2017 a meados de 2018. E, porque nesse período (2017 a 2018), os insurgentes ainda estavam em fase de aquisição de meios (GI-TOC, 2022), pode ser que os ataques fossem preparados para a realização na semana de lua cheia, por forma a aproveitar-se a luz da lua.

Não obstante, nos meados de 2018 a inícios de 2019, segundo Morier-Genoud (2021), as células do ASWJ realizaram ataques à luz do dia, tanto que, de 2019 a inícios de 2021, ficaram confiantes e realizaram operações ousadas em várias vilas. A ousadia das células do ASWJ emergiu com a constituição de um sistema de inteligência (informações) eficaz (IGC, 2021), que consiste no emprego de guias e informantes nas aldeias (mulheres – de entre elas, prostitutas –, crianças e homens) (*Carta de Moçambique*, 2022a), infiltrados tanto nas aldeias como nas FDS (ICG,

2021), e de *drones* de uso doméstico (GI-TOC, 2022), para a recolha de informações sobre as movimentações das forças de COIN.

Em todas as suas operações, os insurgentes envolvem vários meios (Matsinhe e Valoi, 2019). Todavia, para a identificação desses meios, foi necessária a questão: quais os meios que os insurgentes utilizam nos seus ataques? Of.1 e Of.2 indicaram armas de fogo ligeiras; Of.1, Des.1, Des.2, Des.3 e LR.1 referiram armas brancas; Ac., Des.1, Des.2, Des.3, LC.1, LC.2, LR.1 e LR.2 apontaram diversas armas; Ac. considerou o uso de armas de artilharia de pequeno porte, granadas, bazucas e metralhadoras; e Of.2, Ac., Des.1, LR.1 e LR.2 destacaram bicicletas, motas, carros e embarcações.

Estes meios, apontados pela maioria dos participantes, foram também identificados por autores como IGC (2021), que explica que inicialmente os insurgentes empregavam mais armas brancas, tais como: catanas, flechas, etc.; sendo o fuzil AK-47 o único tipo de arma de fogo por eles utilizado. Posteriormente, o IGC (2021) e a GI-TOC (2022) esclarecem que os insurgentes aumentaram significativamente os seus arsenais, pois passaram a empregar metralhadoras PK, lança-foguetes RPG-7, morteiros de 60mm e 82mm, carros civis, motas, entre outros meios.

Inferindo uma estratégia de combate à insurgência

Atendendo aos fatores que originaram a insurgência, às fontes de obtenção de recursos e ao *modus operandi* do ASWJ, ficam reunidas as condições para a adoção de medidas que podem garantir a vitória certa – circunscrita no entendimento de Tzu (1997): atacar a estratégia inimiga, romper as alianças e os recursos do inimigo, e atacar o exército inimigo.

Atacar a estratégia do ASWJ (emprego da insurgência islâmica para criação de regiões desgobernadas pelo Estado moçambicano) significa adotar uma estratégia¹ COIN que pauta pela lógica de que a guerra deve ser vencida sem a necessidade do confronto armado (Tzu, 1997); implicando, primeiramente, adotar o pilar *político*, que visa concentrar-se na mobilização de apoios, legitimação e alargamento da governação e do Estado de direito (Kilcullen, 2006). Isso, segundo a NATO (2016) e Pereira (2018), ocorrerá quando se:

- 1) *der primazia política e objetivo político claro* – participação ativa de todos os líderes políticos (do partido no poder e da oposição, do governo central e local, internos e externos), espirituais (cristãos, muçulmanos e tradicionais) e diplomáticos de Moçambique, no restabelecimento da autoridade e do controlo do governo.

1 Apresenta os caminhos para a materialização do objetivo político, que se circunscreve em restabelecer a paz e tranquilidade pública em todos os distritos do TON.

- 2) *buscar dupla legitimidade* – (i) garantir a legitimidade dos governos distritais (ante as suas próprias populações), a partir da aceitação destes por parte das principais instituições sociais; do nível de desenvolvimento político, económico e social localmente aceitável; e do nível de corrupção culturalmente aceitável; (ii) assegurar a legitimidade da intervenção das FDS ante a população do TON, ante as opiniões públicas das nações e organizações que prestam apoios (Ruanda, SADC, União Europeia, os Estados Unidos, etc.), e perante a comunidade internacional (Nações Unidas, União Africana, etc.).
- 3) *estabelecer um ambiente seguro com base na lei* – criar, impulsionar, reformar ou consolidar as instituições governamentais de Moçambique que sustentem o regime legal (tribunais e Ministério do Interior), respeitando-se sempre as peculiaridades das províncias e distritos que compõem o TON.

Na sequência, deverão adotar-se, na visão de Kilcullen (2006), os pilares *económico* (que integra medidas de mitigação humanitária imediata, programas de assistência ao desenvolvimento a longo prazo e atividades agrícolas e comerciais) e de *segurança*, visando garantir a segurança da população e proteção de indivíduos e infraestruturas, através:

- 1) *da neutralização da insurgência* – atacar a raiz do conflito, incidindo sobre os fatores que motivaram o seu surgimento (radicalização islâmica, pobreza, exploração de recursos naturais, conflitos étnicos e igualdade nas oportunidades), e minimizando os seus efeitos (NATO, 2016; Pereira, 2018).
- 2) *do isolamento da insurgência, ou rompimento dos seus recursos e alianças* – criar fissuras nas ligações que as células do ASWJ têm com seitas extremistas da Tanzânia, Somália, Congo, Região dos Grandes Lagos e Estado Islâmico; sensibilizar as populações de Moçambique e da SADC de modo a denunciarem indivíduos ou famílias ligadas aos extremistas, e não se deixarem seduzir pelas propagandas do ASWJ; identificar e punir os agentes corruptos das FDS; identificar e eliminar as rotas de contrabando de armas; fiscalizar todas as entradas de meios e homens nas fronteiras terrestres, marítimas e aéreas de Moçambique e da SADC; instruir os membros das FDS a não deixarem para trás meios e homens quando confrontados com os insurgentes; concluir o processo de desarmamento, desmobilização e reiteração de homens residuais da Resistência Nacional de Moçambique; monitorar os processos de abertura de novas empresas e transferência eletrónica de fundos.

Finalmente, por estarem em curso ataques armados, no campo militar deverão concretizar-se três objetivos propostos por Clausewitz (2010): destruir as forças do ASWJ com ataques devidamente direcionados aos líderes, centros logísticos e centros de concentração, por forma a colocá-las numa situação tal que não possam

continuar a lutar; ocupar as regiões que oferecem maior apoio aos insurgentes, visando impedir que eles possam organizar novas forças; e quebrar a determinação dos membros do ASWJ, isto é, levar os seus líderes e aliados a pedirem a paz ou a renderem-se.

Estes objetivos deverão ser materializados com base nos princípios propostos pela NATO (2016) e por Pereira (2018), nomeadamente:

- (a) *uso da inteligência* – dispor de um serviço de inteligência desenvolvido e eficaz para a obtenção de informações precisas das células do ASWJ, relativamente à localização dos seus líderes, centros logísticos e de concentração, infiltrados, informantes e mobilizadores, e as suas movimentações de fundos. Estes aspetos são a base dos planos e operações (Clausewitz, 2010).
- (a) *Unidade de esforços* – fundamentar-se numa visão compartilhada do problema, em que se combinam soluções políticas, económicas e de segurança. Deve existir uma intensa cooperação interagências (forças armadas, policiais, judiciária e de inteligência) e em todos os níveis (estratégico, operacional e tático), de modo a garantir, na medida do possível, que os objetivos sejam comuns e que as ações e mensagens estejam sincronizadas.
- (a) *Ceder quanto antes o protagonismo às FDS* – isso reforçará as bases do Estado e evitará que as forças ruandesas e da SADC sejam consideradas pela população como tropas de ocupação. As forças ruandesas e da SADC devem oferecer o suporte necessário às FDS (inteligência, apoio logístico, saúde, adestramento de quadros, etc.).
- (a) *Aprender e adaptar-se rapidamente* – as FDS devem ser dotadas de elevada adaptabilidade e destreza na aprendizagem (emprego de forças especiais com autonomia e meios modernos), de modo a manterem-se continuamente atualizadas quanto ao *modus operandi* do ASWJ.
- (a) *Preparação para uma campanha de longa duração* – compromisso de longa duração, tanto na esfera política como militar, e que envolve um grande “custo humano e económico”.

Nestes termos, a estratégia de combate ao ASWJ protegerá mais as populações, conquistando as suas ‘mentes’; garantirá uma vitória duradoura a partir de uma economia vibrante, da participação política, e da esperança restaurada; restaurará as bases do Estado e poupará recursos financeiros, ao ceder-se o protagonismo às FDS, tendo as outras nações e organizações a prestarem apoios; e fará com que muitas decisões importantes (em situações de contacto com os insurgentes) sejam tomadas por comandantes táticos ou operacionais (Cohen et al., 2006).

A eficácia da estratégia dependerá dos princípios estratégicos propostos por Tzu (1997): *conhecimento* – que implica conhecer as FDS e o ASWJ; *ardil* – proficiência e

capacidade de fingir, confundir e ludibriar os insurgentes; *ousadia* – atacar onde quer que o ASWJ esteja despreparado e irromper quando ele não espera; *humanismo* – tratar bem as populações e os prisioneiros; *paciência* – saber esperar.

Contudo, reconheça-se que muitos dos aspetos apontados na estratégia de COIN, aqui analisada, estão a ser implementados pelo Estado moçambicano.

Conclusão

Em qualquer que seja o conflito armado, a estratégia é essencial. Por essa razão, a insurgência no TON não constitui exceção. E como tal, procurou-se neste artigo inferir uma estratégia de COIN adaptável ao TON; o que implicou, necessariamente, identificar os fatores que originaram a insurgência; as fontes de obtenção de recursos e o *modus operandi* do ASWJ.

Relativamente aos fatores que originaram a insurgência, concluiu-se que as células do ASWJ são compostas por cidadãos nacionais, maioritariamente jovens do Norte de Moçambique, e estrangeiros da Tanzânia, Somália, Congo e região dos Grandes Lagos; que, após passarem por um processo de radicalização islâmica, criaram um sentimento de aversão em relação às instituições governamentais, principalmente por razões que se prendem com a exclusão económica, frustração de homens de negócios locais e queixas locais (desemprego, marginalização, entre outros); por conseguinte, decidiram avançar pela via da violência visando a implementação da *sharia*, a criação de regiões desgovernadas pelo Estado e retardar a exploração dos recursos naturais.

Para a obtenção de recursos humanos, as células do ASWJ, estando sob a égide de princípios ortodoxos do Islão, sequestram homens, mulheres e crianças; e prometem pagamentos de valores monetários, emprego e bolsas de estudo aos jovens locais/nacionais e internacionais, ligados a eles por casamento, redes informais, madraças e redes sociais. As células suprem os seus recursos logísticos a partir da captura e compra de arsenais das FDS, contrabando de armas, suporte de meios e alimentos do Estado Islâmico, saques a aldeias e apoio vindo de alguns comerciantes do TON (GI-TOC, 2022). Os recursos financeiros, no entanto, provêm do tráfico de seres humanos, saques, pagamentos de empresas por eles protegidas, tributação de empréstimos, angariação de fundos de resgates e dotações de algumas empresas moçambicanas e estrangeiras (IGC, 2021; GI-TOC, 2022).

O *modus operandi* do ASWJ resume-se a ações iniciais, que partiram da década de 70, passando pela criação de células e manifestações, até ao recrutamento e treino de jovens. Dessas ações, resultaram ataques armados realizados por grupos não superiores a dez pessoas, contendo uma ou duas armas de fogo e várias armas brancas, sendo os alvos as populações locais e, mais tarde, unidades das FDS e

vilas. Todavia, com a chegada das forças estrangeiras, os ataques do ASWJ consistem na realização de emboscadas às unidades das FDS e assaltos a aldeias em Cabo Delgado e na abertura de novas frentes de combate nas províncias de Nampula e Niassa. Os ataques, no entanto, são realizados em todos os períodos do dia e semanas de lua cheia, tendo como base as informações fornecidas por infiltrados, informantes e *drones*, ao sinal de “Allah Akbar”. Além disso, enquanto inicialmente os insurgentes empregavam mais armas brancas (catanas, flechas, etc.), atualmente, empregam PK, RPG-7, morteiros de 60mm e 82mm, BTR, motas, bicicletas, entre outros meios (GI-TOC, 2022).

Assim, a estratégia de COIN resultante consiste em atacar a estratégia do ASWJ a partir da lógica segundo a qual a guerra deve ser vencida sem a necessidade do confronto armado (Tzu, 1997); implicando adotar o pilar político (dar primazia política e objetivo político claro, buscar legitimidade do governo e das FDS, e estabelecer um ambiente seguro com base na lei), econômico e de segurança (neutralizar a insurgência atacando os fatores de origem e isolá-la).

Além destes pilares, o militar é proposto para concretizar três objetivos: destruir as forças do ASWJ, ocupar as regiões que oferecem maior apoio aos insurgentes, e quebrar a determinação dos membros do ASWJ. Estes objetivos deverão ser materializados com base em cinco princípios: uso da inteligência, unidade de esforços, cedência quanto antes do protagonismo às FDS, aprender e adaptar-se rapidamente, e preparação para uma campanha de longa duração.

A estratégia, para além de observar os princípios de Sun Tzu (conhecimento, ardil, ousadia, humanismo e paciência), entre outras coisas, garantirá uma vitória duradoura a partir de uma economia vibrante, da participação política, e da esperança restaurada. Contudo, reconhece-se que muitos dos aspetos apontados na estratégia referida já estão a ser implementados pelo Estado moçambicano.

Referências

- Abibo, S., 2018. Afinal Quem Financia os Insurgentes em Cabo Delgado. *Carta de Moçambique, online*. 21 de dezembro. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/crime/item/488-afinal-quem-financia-os-insurgentes-em-cabo-delgado> [acedido a 22 de setembro de 2022].
- Branco, C., 2020. Subversão Islâmica em Moçambique. *O Jornal Económico, online*. 16 de abril 16. Disponível em: <https://jornaleconomico.pt/noticias/a-subversao-islamica-em-mocambique-576980> [acedido a 26 de setembro de 2022].
- Bule, E., 2021. *Noções Gerais de Insurgência*. Nampula: Academia Militar.
- Carta de Moçambique, 2022a. *Os Tentáculos do Terrorismo em Cabo Delgado III: os Bastidores da Guerra*. 26 de fevereiro. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/>

- item/9964-os-tentaculos-do-terrorismo-em-cabo-delgado-iii-os-bastidores-da-guerra [acedido a 21 de setembro de 2022].
- Carta de Moçambique, 2022b. *Seis Meses Depois, Governo Ainda não Aprovou Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique*. 10 de junho. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/sociedade/item/10622-seis-meses-depois-governo-ainda-nao-aprovou-estrategia-de-resiliencia-e-desenvolvimento-integrado-do-norte-democambique> [acedido a 20 de julho de 2022].
- Cau, M., Abacar, A., Cadete, X., Canamala, J., Curumula, B. e Mofate, Ó., 2021. Análise da Situação de Segurança em Cabo Delgado: Causas, Natureza do Conflito, Actores e Perspectivas de Desenvolvimento. *Defesa e Segurança*, 1(2), pp. 5-18.
- Chichava, S., 2020. Quem é o “Inimigo” que Ataca Cabo Delgado? Breve Apresentação das Hipóteses do Governo Moçambicano. *Ideias do IESE*, 127, pp. 1-2.
- Clausewitz, C., 2010. *Da Guerra*. Tradução para o inglês Howard, M. e Paret, P. Tradução do inglês para o português Nascimento, L. e Valle, S. Disponível em: <https://www.amigosdamarinha.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Da-Guerra-Carl-Von-Clausewitz.pdf> [acedido a 16 de setembro de 2022].
- Cohen, E., Horvath, J. e Nagl, J., 2006. Principles, Imperatives, and Paradoxes of Counterinsurgency. *Military Review*, 86(2), pp. 49-53.
- Department of the Army, 2014. *FM 3-24MCWP3-33.5 – Insurgencies and Countering Insurgencies*. Washington, DC: DA.
- Garcia, F., 2006. O Fenómeno Subversivo na Actualidade. Contributos para o seu Estudo. *Nação e Defesa*, 114, pp. 169-191.
- Global Initiative against Transnational Organized Crime, 2022. *Insurgency, Illicit Markets and Corruption: The Cabo Delgado Conflict and its Regional Implications*. Switzerland: GI-TOC.
- Gutiérrez, J., 2011. Insurgencia y Contrainsurgencia. En Ministerio de Defensa, Coord. *Actores Armados no Estatales: Retos a la Seguridad Global*. Madrid: Imprenta del Ministerio de Defensa, pp. 65-100.
- Habibe, S. Forquilha, S. e Pereira, J., 2019. *Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: o Caso de Mocímboa da Praia*. Maputo: IESE.
- International Crisis Group, 2021. *Stemming the Insurrection in Mozambique’s Cabo Delgado*. Belgium: ICG.
- Issufo, N., 2018. Cabo Delgado: de Onde Vêm as Armas dos Insurgentes. *Jornal DW*. 29 de abril. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-de-onde-v%C3%A0-am-as-armas-dos-insurgentes/a-53285398> [acedido a 26 de novembro de 2021].
- Kilcullen, D., 2006. *Three Pillars of Counterinsurgency*. Remarks delivered at the U.S. Government Counterinsurgency Conference, Washington D.C. Disponível em: https://tamilnation.org/armed_conflict/3pillars_of_counterinsurgency.pdf [acedido a 17 de novembro de 2022].

- Lusa, 2022a. Cabo Delgado. Insurgentes adotaram guerrilha e são necessárias forças especiais. *Rádio e Televisão Portuguesa online*. 28 de maio. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/cabo-delgado-insurgentes-adotaram-guerrilha-e-sao-necessarias-forcas-especiais_n1408456 [acedido a 24 de setembro de 2022].
- Lusa, 2022b. Nyusi: “é Preciso Controlar” o Terrorismo em Nampula. *DW Moçambique online*. 8 de setembro. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/nyusi-%C3%A9-preciso-controlar-o-terrorismo-em-nampula/a-63061046> [acedido a 15 de setembro de 2022].
- Macalane, G. e Jafar, S., Coords., 2021. *Ataques Terroristas em Cabo Delgado (2017-2010): as Causas do Fenómeno pela Boca da População de Mocimboa da Praia*. Pemba: UniRovuma.
- Maquenzi, J. e Feijó, J., 2019. *Pobreza, Desigualdades e Conflitos no Norte de Cabo Delgado*. Maputo: Observador do Meio Rural.
- Matsinhe, D. e Valoi, E., 2019. *The Genesis of Insurgency in Northern Mozambique*. Southern Africa: Institute for Security Studies.
- Morier-Genoud, E., 2021. *A Insurgência Jihadi em Moçambique: Origens, Natureza e Início*. Maputo: IESE.
- North Atlantic Treaty Organization, 2016. *AJP-3.4.4 – Allied Joint Doctrine for Counter-Insurgency (Coin)*. Brussels: NATO.
- North Atlantic Treaty Organization, 2017. *Counterinsurgency: a Generic Reference Curriculum*. Brussels: NATO.
- Pereira, V., 2018. A Inteligência Militar Espanhola na Contrainsurgência: Contribuições para a Doutrina Militar Brasileira. *Military Review*, pp. 1-9.
- Reis, B. C., 2017. *Novo Século, Novas Guerras Assimétricas? Origem, Dinâmica e Resposta a Conflitos não-Convencionais como a Guerrilha e o Terrorismo*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Rita, J., 2020. Moçambique sem Estratégia para Combater Terrorismo: diz Departamento de Estado Americano. *Voa Moçambique*. 24 de junho. Disponível em: <https://www.voapor-tugues.com/a/mo%C3%A7ambique-sem-estrat%C3%A9gia-para-combater-terrorismo-departamento-de-estado/5476289.html> [acedido a 20 de outubro de 2021].
- Santos, F., 2020. *Guerra no Norte de Moçambique, uma Região Rica em Recursos Naturais – Seis Cenários*. Bergen: CMI insight.
- Tzu, S., 1997. *A Arte da Guerra* (13.ª ed.). Tradução do chinês para o inglês Griffith, S. Tradução do inglês para o português Souza, G. e Gerhardt, K. Rio de Janeiro: Paz e Terra.